

NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 03/Mai

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2770/2022



CNTV SE REUNE COM MINISTERIO DA JUSTIÇA E DPF PARA DISCUTIR ALTERAÇÃO DA PORTARIA QUE REGULAMENTA A SEGURANÇA PRIVADA NO BRASIL



Atendendo a convite, nos reunimos no dia 28 de abril, com os representantes da Secretaria Executiva, do Gabinete do Ministro da Justiça – MJ e do Departamento de Polícia Federal – DPF, para tratar do tema MODERNIZAÇÃO DE NORMATIVAS SOBRE SEGURANÇA PRIVADA.

O MJ e o representantes da Polícia Federal presentes à reunião falaram da disposição do órgão controlador em promover alterações na norma regulamentadora, independente da alteração da legislação (Projeto de Estatuto da Segurança Privada pendente de aprovação de aprovação no Senado e sanção presidencial) e do interesse em colher sugestões e contribuições dos trabalhadores sobre o tema.

Da nossa parte, reafirmamos nosso interesse

no tema e compromisso de apresentar contribuições, ficando definido um curto prazo para apresentação das nossas propostas.

É saudável lembrar que através destas normas já conseguimos alguns importantes avanços na melhoria da profissionalização, da valorização profissional e na segurança dos vigilantes, a exemplo das alterações no currículo do curso de formação e do curso de reciclagem (inclusão de matérias como gestão de conflitos e direitos humanos, por exemplo), além da criação da CNV, etc.

A CNTV solicitará, então, a contribuição os sindicatos e federações filiadas aglutinando-as e enviando ao MJ.

Para tanto, pedimos que observem:

a) Encaminhamento a esta CNTV de sugestões em relação a Portaria 3233/2012 (acréscimos, supressões, alterações, etc.);

b) Para cumprimos o prazo ajustado com o MJ, solicitamos que tais contribuições sejam encaminhadas até o dia 10 DE MAIO, IMPRETERIVELMENTE, preferencialmente, através do **e-mail: cntv@terra.com.br**;

FONTE: CNTV

NOVA CCT: PISO NOVO E DIFERENÇAS JÁ EM ABRIL



Colegas da capital e interior tem pedido esclarecimentos sobre algumas cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho. Algumas perguntas mais recorrentes são sobre a vigência do salário e alguns benefícios. Então vamos a alguns destes esclarecimentos:

1) QUANDO SERÁ PAGO O NOVO SALÁRIO – 1.268.74?

AS EMPRESAS TÊM DE PAGAR O NOVO PISO SALARIAL JÁ NO SALÁRIO DE ABRIL (A SER PAGO ATÉ DIA 6 DE MAIO – 5º DIA UTIL);

Junto com o salário de abril as empresas têm de pagar as diferenças salariais de fevereiro e março;

Algumas empresas pediram para pagar uma diferença (fevereiro) no salário de abril e a outra (março) no salário de maio. Estes pedidos estão documentados e o Sindicato já disse sim. Só as empresas a seguir fizeram esta solicitação: AVI, Bitarron, MF, Interfort, Oeste e Recoveryseg. Nas demais o pagamento deve ser integral.

2) E ALIMENTAÇÃO E CESTA?

Da mesma forma. A Alimentação tem de ser fornecida ou paga com valor novo (15,00 por dia), bem como a Cesta Básica (80 reais/mês), mas as diferenças de março e abril. Lembrando que a Cesta é uma conquista para Vigilantes que atuam em Bancos e Indústrias pesadas (química, petroquímica, petrolífera com suas subsidiárias, automóveis);

3) E AS FÉRIAS?

Qualquer pagamento de férias tem de ser realizado com Piso Novo. Quem gozou férias a partir de fevereiro e recebeu com salário velho, tem direito a diferença;

Se o patrão não pagar, o Vigilante deve denunciar ao Sindicato para que este notifique e cobre. O nome do trabalhador será sempre preservado.

Se ligou na sua conquista, na conquista da luta e resistência?

“Quem não luta por seu direito, não é digno dele. R. Barbosa”.

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

Festa dos vigilantes: Categoria comparece em massa e lota área de lazer do Sindsegur



Nos dias 30 de abril e 01 de maio o Sindsegur realizou a festa dos vigilantes patrimoniais do RN.

O evento realizado na área de lazer do Sindsegur reuniu centenas de vigilantes e seus familiares durante dois dias de festa. A categoria atendeu em massa a convocação da nossa entidade e mais de mil pessoas compareceram à confraternização organizada pelo nosso sindicato.

Na piscina a garotada brincou e se divertiu o dia inteiro. Além do almoço regado à feijoada e churrasco ainda teve muita música ao vivo para animar o final de semana da nossa categoria.

A prática do lazer desenvolvida pelo nosso sindicato é uma das políticas fundamentais na luta por qualidade de vida. Por isso, a família SINDSEGUR está cada vez mais fortalecida e sempre pronta para ir à luta defender as bandeiras históricas dos trabalhadores. Essa foi mais uma confraternização para celebrar o 1º de maio que representa a resistência da classe trabalhadora contra toda forma de opressão e exploração.

FONTE: [sindsegur](#)

ASSEMBLEIAS DA CAPITAL E INTERIOR APROVAM PUNIÇÃO DE FARIAS COM TRÊS MESES DE SUSPENSÃO



Na foto, assembleias de Porto Alegre, Santo Augusto, Charqueadas, São Luiz Gonzaga e Horizontina

Todas as assembleias realizadas pelo sindicato para essa pauta, na capital e interior, aprovaram por imensa maioria a punição do diretor jurídico e candidato por uma chapa de oposição, Gérson Farias, com três meses de suspensão do cargo e do quadro de sócios da entidade, devido às informações falsas, sem fundamento algum, que espalhou a respeito da convenção coletiva de trabalho deste ano.

Aconteceram oito assembleias, que começaram por Porto Alegre, dia 18 de abril, depois Camaquã (18), Mostardas (19), Charqueadas (20), Santo Augusto (25), Horizontina (26), São Luiz Gonzaga (27) e a última foi em Santo Ângelo, quinta-feira (28).

Em sete a votação foi unânime pela aplicação da suspensão, somente na capital alguns membros da chapa dele foram contra a penalidade. O resultado total foi de 122 votos a

favor da punição e apenas 17 contrários.

Ele já havia sido punido pela direção do sindicato, com base nos artigos 16 e 42 do seu estatuto, por divulgar falsas informações de que a convenção coletiva não tinha sido homologada e os vigilantes não teriam aumento salarial em 2022, causando uma enorme confusão e jogando a categoria contra o sindicato.

Além disso, causou grande prejuízo aos colegas porque algumas empresas usaram os boatos criados por ele como desculpa para não pagarem o aumento em março, como está previsto na CCT.

Discriminação contra o interior

Mas ele recorreu contra a punição da direção, pedindo ainda que tivesse assembleia para votação do recurso apenas em Porto Alegre, numa discriminação inaceitável contra seus colegas do interior, pois todos têm os mesmos direitos de participar das decisões do sindicato.

Foi lembrado a ele, na resposta do sindicato, que o Sindvigilantes do Sul tem uma base estadual e que não é democrático tentar restringir as decisões apenas a Porto Alegre.

Na verdade, a convenção coletiva já estava homologada desde 30 de setembro do ano passado no Ministério do Trabalho e Emprego, sob o número de registro RS003993/2021. A esmagadora maioria das empresas pagou corretamente o reajuste dos salários de 10,92% e as poucas que não pagaram estão sendo acionadas pela assessoria jurídica do sindicato.

Na foto, assembleias de Porto Alegre, Santo Augusto, Charqueadas, São Luiz Gonzaga e Horizontina.

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL

Comissões permanentes elegeram 22 presidentes; confira os nomes

Eleição ocorre com atraso neste ano em razão das trocas de partido da janela partidária



CCJ elegeu o deputado Arthur Oliveira Maia Billy Boss/Câmara dos Deputados

De Vinte e duas das 25 comissões permanentes da Câmara dos Deputados elegeram seus presidentes nesta quarta-feira (27). Três adiaram a eleição: Desenvolvimento Urbano; Viação e Transportes; e Turismo. A eleição ocorreu com atraso neste ano em razão das trocas de partido ocorridas até o último dia 1º (janela partidária), que afetam a indicação dos integrantes dos colegiados.

Confira a lista dos eleitos:

União

- Constituição e Justiça e de Cidadania: Arthur Oliveira Maia (BA)
- Minas e Energia: Fabio Schiochet (SC)
- Educação: Kim Kataguirí (SP)
- Esporte: Delegado Pablo (AM)

PT

- Cultura: Professora Rosa Neide (MT)
- Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia: João Daniel (SE)
- Legislação Participativa: Pedro Uczai (SC)

PP

- Seguridade Social e Família: Pinheirinho (MG)
- Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Covatti Filho (RS)

PSD

- Finanças e Tributação: Marco Bertaioli (SP)
- Desenvolvimento Econômico, Indústria,

Comércio e Serviços: Sidney Leite (AM)

MDB (ainda sem indicação do partido)

- Desenvolvimento Urbano - eleição adiada, sem nova data marcada
- Viação e Transportes - eleição adiada para 4 de maio, às 10 horas

PSB

- Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática: Milton Coelho (PE)
- Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Denis Bezerra (CE)

PL

- Agricultura, Pecuária, Abastecimento, Desenvolvimento Rural: Giacobbo (PR)
- Defesa dos Direitos da Mulher: Policial Katia Sastre (SP)
- Republicanos
- Defesa do Consumidor: Silvio Costa Filho (PE)

PSDB

- Relações Exteriores e de Defesa Nacional: Pedro Vilela (AL)

PDT

- Trabalho, Administração e Serviço Público: Leônidas Cristino (CE)

Podemos

- Turismo: Rodrigo Coelho (SC) - eleição adiada para 4 de maio, às 14 horas

Solidariedade

- Fiscalização Financeira e Controle: Paulinho da Força (SP)

PSC

- Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado: Aluisio Mendes (MA)
- PCdoB
- Direitos Humanos e Minorias: Orlando Silva (SP)

Patriota

- Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência: Professor Joziel (RJ)

Da Redação/WS

Fonte: Agência Câmara de Notícias

INSS usa robôs para analisar pedidos de benefícios e milhares são negados

Governo não repõe quadro do INSS que perdeu cerca de 10 mil servidores e, para tentar diminuir a fila; usa robôs que negam milhares de benefícios. Para sindicalistas, pobres estão perdendo direito ao LOAS



Em greve desde o dia 23 de março, contra a falta de condições de trabalho e por reajuste salarial, os servidores e servidoras do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) denunciam que o governo de Jair Bolsonaro (PL) está usando robôs para analisar requerimentos de pedidos benefícios e as máquinas estão negando a milhares de trabalhadoras e trabalhadores um direito garantido pela legislação brasileira.

A fila do INSS que tem 1 milhão, 8 mil e 112 segurados esperando para serem atendidos por um médico perito, segundo o Ministério do Trabalho e Previdência, agora tem também as vítimas dos robôs. Todos esperam para receber benefícios como auxílio-acidente, auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença), e aposentadoria incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez), além do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Há mais de três meses, para reduzir a fila de espera do INSS, a direção do Instituto decidiu fazer análises de pedidos de concessão de benefícios por meio de inteligência artificial. Achavam que, com isso, dariam andamento mais rápido aos quase dois milhões de processos parados, mas não deu certo, denuncia a Secretária-Geral do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo (SINSSP), Vilma Ramos.

O problema, segundo a dirigente, é que sem a “visão do servidor” capaz de detectar falta de documentos que deveriam ser juntados aos processos, a tal “inteligência artificial” simplesmente nega o benefício, sem informar ao segurado os motivos da recusa, aumentando ainda mais a fila de espera do INSS.

Nos últimos três meses, garante Vilma Ramos, robôs indeferiram mais de 300 mil benefícios,

sendo a maioria assistenciais, possivelmente indevidamente, já que o processo de análise não passa pelo servidor, que pode orientar quem precisa como preencher o pedido e inclusive, quais os documentos que estão faltando.

“Robôs não fazem interação humana e não identificam que um pedido irregular pode ser por falta de algum documento, e não que o segurado não tinha direito ao benefício”, critica a dirigente.

Normalmente, quem procura o INSS são pessoas mais simples, principalmente, àqueles que precisam do BPC. São pessoas pobres, até idosos acamados que precisam ir à uma agência tirar dúvidas. Um servidor pode orientar a não incorrer em erro na hora do preenchimento, não um robô- Vilma Ramos

Outro problema detectado pelos sindicalistas é que o processo indeferido volta para a fila.

“Quando um robô analisa, se falta o número do RG, por exemplo, a pessoa que teve o processo indeferido vai entrar com ação de revisão, até com advogado, aí ela volta para fila novamente”, explica Pedro Luis Totti, presidente do SINSPP.

Redução de filas é artificial

Com a falta de cerca de 10 mil servidores, por que muitos se aposentaram e o governo não fez mais concurso público, ao contrário, contrata militares que não entendem do trabalho para repor a mão de obra, e ainda paga cerca de R\$ 50 a mais ao servidor por benefício analisado, o INSS tem alardeado que está trabalhando para a fila de espera diminuir, o que é um engodo para a população, já que quem mais precisa tem tido seus benefícios negados.

Para Pedro Totti, a fila deve estar ainda maior do que os dados divulgados pelo governo. “Desde que os médicos peritos entraram em greve, no final de março, os pedidos se acumulam. Devem estar represadas de 600 a 800 mil a mais só de perícias que precisam ser reagendadas”, diz o presidente do SINSPP.

A Associação Nacional dos Médicos Peritos (ANMP) garante que a fila pelo reagendamento é menor. Segundo eles, houve ao menos 320 mil remarcações de exames periciais desde o início da greve. A espera para conseguir um atendimento também é longa e está em cerca de 60 dias, segundo informações do governo enviadas ao Congresso Nacional na edição da medida provisória 1.113, que tenta implantar a

perícia médica, informou o jornal Folha de São Paulo.

Os médicos peritos estão em greve reivindicando reajuste de 19,99% como os demais servidores públicos.

Desmonte do INSS começou com o golpe de 2016

Nos governos do PT, a prioridade tanto de Lula quanto de Dilma Rousseff, era garantir um atendimento rápido e de qualidade para o trabalhador e todos que têm direito a benefícios do INSS.

A demora na concessão da aposentadoria e benefícios começou no governo do golpista Michel Temer (MDB-SP) e foi aprofundada nesses três anos e cinco meses de governo Bolsonaro, afirma o ex-ministro da Previdência, Carlos Gabas, que deixou o ministério em 2015, quando um trabalhador demorava apenas 30 minutos para conseguir se aposentar, não existia fila de espera no INSS.

“Quando deixei o Ministério a fila de espera era de 30 dias e o ex-ministro Carlos Gabas conseguiu diminuir ainda mais, para apenas 30 minutos”, lembra o também ex-ministro da Previdência Luiz Marinho, que deu início ao processo de modernização, formação, construção de novas agências e reforma das antigas unidades.

Quando Lula assumiu a Presidência, em 2003, o setor estava desmantelado, com imensas filas de pessoas reivindicando o direito de se aposentar. O presidente considerava isso uma humilhação para o trabalhador e queria que acabasse, recorda Marinho.

“Eu e os ministros que me antecederam e que me sucederam no cargo cumprimos um plano, a pedido de Lula, de investimentos em tecnologia e pessoal para resolver a questão das filas”, recorda Marinho.

“Nós criamos a escola previdenciária, modernizamos e ampliamos o número de agências, valorizamos a prestação do serviço nas cidades, territórios e regiões e chegamos a ter 44 mil, pois realizávamos concursos para repor o pessoal que saía, se aposentava ou morria”, pontua Marinho, que lamenta o desmonte nos governos Temer e Bolsonaro porque quem paga a conta é o trabalhador e a trabalhadora.

**FONTE: CUT - Escrito por: Rosely Rocha |
Editado por: Marize Muniz**

Tragédia econômica de Bolsonaro: Boletos acumulados, famílias endividadadas e fome

Cesta básica custando 65% do SM, aumentos constantes de combustíveis, de aluguel e outras tarifas, faz famílias se endividarem cada vez mais. Hoje 77,7% delas estão endividadadas e quase 30% têm contas atrasadas



ELINEUDO MEIRA/FOTOS PÚBLICAS

Em abril, 28,6% das famílias brasileiras, 12,67 milhões de lares, deixaram de pagar contas como tarifas de água, luz, gás, o IPTU, e outras. Desse total, 10,9% dizem que não têm dinheiro, nem expectativa de pagar as contas atrasadas, ou seja, vão ficar inadimplentes e com risco de ter os nomes incluídos nos cadastros do SPC e da Serasa.

Essa situação de inadimplência pode ainda se alastrar muito mais, já que a pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada pela Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo (CNC), mostra que no total, 77,7% das famílias no país estão endividadadas, umas vão conseguir pagar as contas, outras não. Esse percentual é 11% a mais do que no governo Dilma, em 2015. A menor taxa de endividamento das famílias foi no governo Lula em 2010 (54%).

Se levarmos em consideração que desde abril do ano passado, a taxa de inadimplentes cresceu 10,2%, é possível vislumbrar que a condução da economia pelo banqueiro e atual ministro Paulo Guedes e pelo presidente Jair

Bolsonaro (PL) vai de mal a pior.

O maior impacto individual do índice no mês (0,44 ponto percentual) veio do preço da gasolina, que avançou 7,51% e bateu o recorde desde que a Associação Nacional do Petróleo (ANP) começou a divulgar a pesquisa mensal de preço há 18 anos – e isso tem mais a ver com a Política de Paridade Internacional (PPI) da Petrobras, baseada nos preços dos barris de petróleo e na cotação do dólar, além da venda da BR Distribuidora do que com o cenário internacional. O preço médio chegou a R\$ 7,27 o litro. Ou seja, para encher um tanque de 40 litros, o brasileiro gasta em média 290 reais, quase 24% do salário-mínimo vigente no país, de R\$ 1.212. Em 8 anos de Lula presidente, gasolina só subiu R\$ 0,43, de acordo com levantamento do Instituto Lula.

Carrinhos de supermercados cada vez mais vazios

A inflação dos alimentos que compõem a cesta básica superou 20% no acumulado de 12 meses, entre abril de 2021 e março de 2022. O preço da cesta básica pesquisada em 17 capitais, pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), revelou que um salário mínimo (R\$ 1.112) tem comprometidos 58,57 % do seu valor. São Paulo foi a capital onde a cesta apresentou o maior custo (R\$ 761,19) em março, o equivalente a quase 65% do mínimo.

O resultado da inflação dos alimentos é mais pessoas passando fome. Hoje mais de 19 milhões não comem o suficiente e outros quase 50 milhões não comem as três refeições diárias necessárias.

Vilões do endividamento

88,8% das pessoas se endividaram no cartão de crédito, apontando que o endividamento está crescendo essencialmente no consumo de curto prazo: as pessoas fazem dívidas para pagar compras de supermercado, que mostra que itens básicos para uma sobrevivência digna se tornaram os vilões do bolso da população

E como faz para preparar o pouco que dá pra comer, quando o gás de cozinha virou artigo de luxo, com pessoas trocando o botijão de 13 quilos pela lenha e morrendo queimadas? Com preço médio de R\$ 113,48, um botijão custa 10% do salário mínimo e atinge a maior média real do século 21. Em algumas regiões, com preços acima da média – há localidades em que o botijão chega a R\$ 160, o percentual supera em muito os 10% do salário mínimo.

Além das contas atrasadas, a comida cara e

das tarifas como energia elétrica aumentando, quem paga aluguel não sabe se terá moradia quando chegar a hora do reajuste. Isto porque o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) utilizado para os reajustes de aluguel está acumulado em 14,66% nos últimos 12 meses. Só este ano subiu 6,98%.

Não temos inflação de consumo. Cerca de 50% da inflação de hoje são por preços administrados pelo governo. É energia elétrica, gasolina, óleo diesel e gás. Ou seja, preços que o governo poderia controlar e que não está controlando. [...] São de responsabilidade do governo, então, que trate de baixar esses preços- Lula

*Texto: Rosely Rocha

Com informações do Instituto Lula

FONTE: Redação CUT | Editado por: Marize Muniz

TST aprova lema “o tribunal da Justiça Social” para uso institucional

O slogan amplia a identificação do papel social da Corte, que julga conflitos envolvendo as relações de trabalho



03/05/22 - O **Tribunal Superior do Trabalho (TST)** formalizou o uso do lema “O Tribunal da Justiça Social”. O objetivo da medida é ampliar a identificação da sociedade com a Corte, responsável por julgar litígios que envolvem as múltiplas relações de trabalho.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Produtividade

De acordo com o presidente do TST, ministro Emmanoel Pereira, a iniciativa é parte de uma estratégia de aproximação com a sociedade, que ainda inclui ações de acessibilidade, como a adoção de intérprete de libras em todas as sessões de julgamento, a contratação de pessoas com deficiência intelectual e o aumento de produtividade na Justiça do Trabalho, que, nos três primeiros meses deste ano, avançou 10,9% na comparação com 2021.

O slogan será aplicado de forma institucional, ao lado da logo do Tribunal, em peças publicitárias, promoção de eventos e placas de sinalização da instituição, entre outros.

FONTE: TST

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF